

1 – Introdução

De acordo com o previsto no Plano de Ação 2017-2018 (PA 2017-2018) da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023), decorreu entre fevereiro e maio de 2018 um inquérito sobre as “Pessoas em situação de sem-abrigo - conceitos utilizados e sistemas locais de informação”.

O inquérito abrangeu todos os (278) concelhos do Continente, tendo participado as entidades que, a nível local estão envolvidas diariamente na resposta a esta problemática, designadamente as Câmaras Municipais, os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA). Não foi obtida resposta de 3 municípios.¹

71% dos concelhos refere conhecer a ENIPSSA e 81% das organizações que integram os NPISA/CLAS utilizam o conceito adotado na Estratégia. Apenas 12% indicam que, ao nível do sistema local, utilizam um *software* destinado à recolha de informação específica sobre pessoas em situação de sem-abrigo.

Com uma taxa de resposta de **99%** (incluindo os concelhos nos quais se confirmou não existirem *pessoas em situação de sem-abrigo*), os resultados obtidos permitem a sistematização de alguns dados estatísticos, contribuindo para clarificar que esta realidade não se pode resumir num único número. Pelo contrário, foi possível classificar (através de conceitos usados como referência a nível internacional) as situações seguidas localmente, de acordo com diferentes realidades: **pessoas sem teto**, **pessoas sem casa**, **pessoas em situação de risco**. Apresenta-se seguidamente uma síntese dos principais dados apurados relativamente às duas primeiras categorias. Os dados relativos às pessoas em situação de risco e aos sistemas locais de informação serão apresentados em relatório que está a ser finalizado.

2 – Principais resultados

No período de referência, existiam **4 414 pessoas sem teto ou sem casa**.

Verificou-se que em **80** concelhos (**29%** do total dos concelhos do Continente) existiam **1.514 pessoas sem teto**, isto é, a viver na rua, em espaços públicos, abrigos de emergência ou locais precários.

Por “Espaços públicos” consideram-se os espaços de utilização pública como jardins, estações de metro / camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes ou outros. Por “Abrigo de emergência” entende-se qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita. “Local precário” é aquele que, devido às condições em que se encontra, permite uma utilização pública: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados.

* Nota: Versão corrigida 2020

Este documento atualiza o elaborado em 2018, na sequência de retificação dos dados apurados para os concelhos de Lisboa, Cascais, Vila Nova da Barquinha e Montemor-o-Novo. Essa retificação resulta de melhorias no conhecimento do fenómeno por parte das estruturas locais de intervenção.

** Informação referida a 31 de Dezembro de 2017

¹ Celorico de Basto; Vale de Cambra; Valpaços.



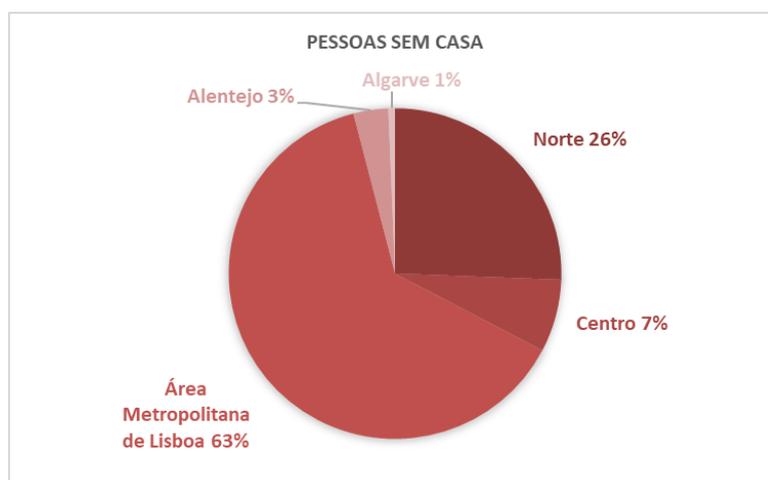
Cerca de 47% do total das pessoas sem teto, foi identificada na Área Metropolitana de Lisboa (AML), com 715 pessoas. No conjunto dos 18 concelhos que constituem a AML destaca-se Lisboa, com 350 pessoas sem teto. Ainda na AML, seguem-se os concelhos de Almada e Oeiras, o primeiro com 51 e o segundo com 46 pessoas sem teto.

Por ordem decrescente segue-se a região Norte, com 24% das pessoas sem teto, o Algarve 14%, a região Centro 11% e o Alentejo 3%. Na região Norte, destaca-se a Área Metropolitana do Porto (AMP), com 294 pessoas, das quais 174 no concelho do Porto.

As **2 900 pessoas sem casa**² apuradas através do inquérito estavam também maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (63% do total do Continente), com destaque para o concelho de Lisboa (1623 pessoas sem casa).

Seguem-se as regiões Norte (26%), com realce para o concelho do Porto (257 pessoas), e Centro (7%).

Com valores significativamente mais baixos surgem o Alentejo (3%) e o Algarve (1%).



Os dados relativos às pessoas em situação de risco e aos sistemas locais de informação serão apresentados no Relatório Final “inquérito aos conceitos utilizados e aos sistemas locais de informação -2017”.

² Pessoa sem acesso a alojamento de longa duração, a viver em equipamento onde a pernoita é limitada (centro de alojamento temporário, albergue, alojamento específico para pessoas sem casa) ou em quarto pago pelos serviços sociais.